

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

## SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2014

### ATA Nº 04

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Assembleia Municipal. Compareceram nesta sessão ordinária, António dos Mártires Balona, Presidente da Assembleia Municipal, Baltasar Flávio da Silva, Primeiro Secretário da Mesa, Maria de Fátima Martins dos Santos Leite, Segundo Secretário da Mesa e os Membros, Duarte Manuel Lynce de Faria, Manuel Fernando Silva da Rocha, Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Luís Miguel Visinho Nunes, Nuno Miguel Adelaide Rodrigues Dias, Maria Helena Murcho Guerreiro, Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo, Serafim António Martins Inocêncio, Vítor Manuel Elias Rosa, Ana Isabel Bernardo Semião, Sara Patrícia Guerreiro Jacinto, Carlos Alberto Santana Baião, Leónia de Jesus Pinto Bárbara Gomes, Jerónimo Jacinto de Almeida, José Carlos Nascimento dos Reis, Maria do Rosário Faustino Tomás, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal e Santa Susana, Virgílio Manuel da Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Paulo Oliveira (em regime de substituição) da Presidente da Junta de Freguesia da Comporta e Albino António Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, Ana Isabel Paulino Chaves, Vice-Presidente e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Isabel Cristina Soares Vicente e Luísa Maria Pestana Ferreira.

Verificou-se a ausência do Deputado Leonardo Jacinto, tendo o mesmo apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e trinta minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.

### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e solicitou ao Segundo Secretário que procedesse à leitura do resumo da correspondência.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
ALCÁCER DO SAL  
DELIBERAÇÃO

Aprovado por  
maioria com 6  
abstenções

Sessão de 26.09.2014  
A Mesa:  
Data

35 **1. Expediente:**

36 O Segundo Secretário procedeu à leitura do resumo da correspondência, recebida no período de  
37 22-05-2014 a 13-06-2014, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando arquivado em  
38 pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

39  
40 **2. Análise e votação das Atas das sessões realizadas em 28/02/2014, 29/04/2014 e 23/05/2014:**

41 - Ata nº 01 de 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada, por maioria, com 1 abstenções do Deputado  
42 Luís Nunes, por ausência na referida reunião.

43 - Ata nº 02 de 29 de abril de 2014 foi aprovada, por maioria, com 1 abstenção do Deputado Paulo  
44 Oliveira, por ausência na referida reunião.

45 - Ata nº 03 de 23 de maio de 2014 foi aprovada, por unanimidade.

46  
47 **Intervenções:**

48 O Deputado Luís Nunes justificou que não esteve presente na reunião de 28 de fevereiro de 2014,  
49 por ter sido submetido a uma intervenção cirúrgica e agradeceu aos técnicos, que trabalham na  
50 piscina municipal, todo o apoio que lhe foi prestado na sua recuperação.

51  
52 O Presidente da Assembleia registou com satisfação o reconhecimento do bom trabalho executado  
53 pelos técnicos da autarquia.

54  
55 Foram presentes à Mesa da Assembleia Municipal 2 (duas) Moções.

56 A Moção "A" – ***(FAM-Fundo de Apoio Municipal)***, apresentada pelos Deputados da CDU;

57 Moção "B" - ***(Pela Defesa da Escola Pública e Contra o Encerramento das Escolas que integram as***  
58 ***Comunidades Locais)***, apresentada pelos Deputados do PS,

59  
60 Em relação ao FAM (Fundo de Apoio Municipal), o Presidente da Assembleia perguntou ao  
61 Presidente da Câmara se queria intervir sobre este assunto.

62  
63 O Presidente da Câmara interveio, referindo que o FAM foi contemplado contra a vontade dos  
64 municípios portugueses, esclarecendo que na última versão da Lei das Finanças Locais e que o  
65 Governo teve cerca de sete meses para apresentar a proposta à ANMP e, quando a apresentou, já  
66 a proposta estava divulgada. Disse que vai ser criado um instituto para gerir um Fundo, que vai ter  
67 o capital inicial de 650 milhões de euros. Segundo o Governo na primeira versão, seria financiado  
68 70% pelos municípios e 30% pelo Estado e na segunda versão seria de 50% pelos municípios e

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

69 50% pelo Estado. Acrescentou que, segundo o Governo, o FAM vai servir para socorrer os  
70 municípios que estão em má situação financeira.

71 Referiu que o programa anterior a este, o PAEL, teve uma dotação financeira inicial de quase mil  
72 milhões de euros, dos quais foram aprovados cerca de seiscentos milhões de euros. Esse  
73 programa era uma linha de financiamento destinada aos municípios em estavam com dificuldades  
74 financeiras, que obrigava quem recorresse ao programa a um conjunto de compromissos que lhes  
75 limitava, de forma significativa, a sua autonomia e toda a sua atuação. Disse que se candidataram  
76 a esse programa dois municípios do Litoral Alentejano, os municípios de Sines e de Grândola.

77 Referiu que, o FAM é um programa distinto do PAEL, porque é um programa que obriga todos os  
78 municípios portugueses a entrarem neste fundo, que é uma mutualização da dívida e que retira  
79 toda a autonomia dos municípios.

80 Disse que, a ANMP confrontou o Governo sobre o não haver dotação mas, os cerca de duzentos  
81 milhões de euros que sobraram do PAEL, tem dotação para adiantar os seiscentos e cinquenta  
82 milhões de euros para o FAM.

83 Acrescentou, que há um parecer dos serviços técnicos da ANMP, que coloca questões de  
84 inconstitucionalidade no documento que cria o FAM, desde logo, na autonomia do poder local.

85 Referiu, estar contra o FAM e que compete ao Estado e aos municípios em dificuldades  
86 financeiras, encontrarem as medidas que considerarem adequadas para as ultrapassarem.

87

88 O Presidente da Assembleia, após os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara sobre o  
89 assunto, solicitou aos deputados da CDU que apresentassem a Moção.

90

91 A Moção "A" – *(FAM-Fundo de Apoio Municipal)*, foi apresentada pelos Deputados da CDU.

92 Seguidamente, o Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

### 93 Intervenções:

94 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que é inequívoco a condenação do FAM por todas as  
95 razões que foram ditas e mais algumas. Questionou sobre até que ponto, a ANMP, não teria  
96 capacidade para gerir o FAM, alargando as suas competências e atribuições. Porque uma coisa é  
97 mutualização feita por uma associação que efetivamente representa os municípios e outra coisa  
98 diferente, é mais uma vez, o Estado não querer cumprir as suas obrigações de suportar o poder  
99 local. Referiu que quando a região autónoma da Madeira pediu dinheiro, ninguém perguntou de  
100 onde vinha o dinheiro e necessariamente os municípios tem tanta legitimidade, do ponto de vista  
101 eleitoral, como tem uma região autónoma.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

102 Disse que, mesmo numa mutualização, não faz sentido que o Estado ganhe dinheiro da forma  
103 como está a fazer e que a retirada da autonomia do poder local e dos seus órgãos é claramente  
104 um ressarcimento à questão dos próprios dinheiros públicos, porque não faz sentido que haja uma  
105 obrigação dessa mutualização, quando os órgãos dos municípios não se pronunciarem sobre eles.  
106 O Presidente da Câmara respondeu que o Governo não quer os municípios a gerir qualquer  
107 financiamento para os municípios em dificuldades e que o Governo quer reduzir o estado social.  
108 Defende que não deve haver o FAM e o que deveria ser feito era, em primeiro lugar, alterar a lei  
109 das finanças locais acabando com a alínea sobre a constituição do FAM, aumentar a capacidade  
110 de receita dos municípios, repondo o valor de 25,3% da média aritmética dos três impostos IVA,  
111 IRS e IRC. E, em segundo lugar, dever-se-ia encontrar um mecanismo pegando no diploma legal  
112 38/2008, sobre o saneamento financeiro, que coloca questões de saneamento financeiro, às  
113 Câmaras que estão em dificuldades. Referiu que, não se pode tratar de forma igual os municípios  
114 que estão em dificuldades financeiras dos que estão em boa situação financeira.

115  
116 O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

117 **Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.**

118 A Moção "A", que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da  
119 mesma fazendo parte integrante.

120  
121 Seguidamente, foi apresentada a Moção "B".

122 A Moção "B" - *(Pela Defesa da Escola Pública e Contra o Encerramento das Escolas que integram*  
123 *as Comunidades Locais)*, apresentada pelos Deputados do PS, foi lida pelo Deputado Serafim  
124 Inocêncio.

125 O Presidente da Assembleia colocou a moção a discussão.

126 **Intervenções:**

127 O Deputado Albino Francisquinho referiu que esta questão tem vindo a ser discutida nas  
128 Assembleias Municipais, nomeadamente, o encerramento das escolas de Casebres e Palma.  
129 Questionou, o executivo, sobre o que foi feito em relação a esta matéria junto do Ministério de  
130 Educação.

131 Disse ainda que estas questões têm sido levantadas e estão a ser levantadas, independentemente  
132 do Governo que está em funções e lembrou que na anterior governação do PS também foram  
133 encerradas escolas. Referiu, também que estas questões estão relacionadas com as políticas do  
134 poder central, dos últimos 40 anos, fechando serviços públicos, que começaram por ser nas zonas

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

135 rurais e vem acabar nas zonas urbanas, nomeadamente, em Alcácer do Sal onde estão a tentar  
136 encerrar serviços públicos muito importantes para o concelho.

137 Concordou com a apresentação da Moção e disse que se deve continuar a lutar, para evitar que  
138 estes serviços públicos sejam encerrados no concelho.

139 O Deputado Nuno Dias referiu que desde sempre, esta e outras questões, a este nível, têm sido  
140 debatidas na Assembleia Municipal e é salutar que estejam todos comungados do mesmo  
141 interesse em termos locais no que diz respeito a estas políticas, quando se fala do encerramento  
142 de finanças, de serviços dos correios, no ataque ao serviço nacional de saúde e ao ensino.

143 Disse não perceber o conceito de negociação deste Governo, porque o que este Governo faz é  
144 auscultar para depois impor, não considerando o que as autarquias e as populações mencionam.

145 Disse também que, a ANMP, já tomou posição em relação ao encerramento das trezentas e onze  
146 escolas, repugnando a forma como foi feita esta negociação. Referiu que é importante valorizar,  
147 em termos locais, a postura das várias forças presentes na Assembleia Municipal mas, não se  
148 pode esquecer que em termos nacionais, nem sempre as coisas têm sido assim, nomeadamente,  
149 pelos partidos que têm feito parte do arco da governação. Acrescentou que, desde 2002  
150 encerraram cerca de seis mil e quinhentas escolas no país, sendo que duas mil e oitocentas foram  
151 encerradas pelo Governo de Durão Barroso e que durante o Governo de José Sócrates foram  
152 encerradas cerca de três mil e duzentas, das quais sete no concelho de Alcácer do Sal. Disse que  
153 estando todos comungados do mesmo espírito, espera que quando houver uma mudança de  
154 Governo, aqueles que hoje vêm apressadamente condenar estas políticas, depois quando  
155 estiverem no poder não o façam de modo totalmente diferente.

156

157 O Deputado Serafim Inocêncio disse que não teve conhecimento das negociações que foram feitas  
158 com a Direção Regional e que teve expectante até à última da hora para saber se as escolas de  
159 Palma e Casebres seriam encerradas ou não.

160 Questionou, o executivo da Câmara, sobre qual é o ponto de situação destas duas escolas do  
161 concelho e o que está previsto para o próximo ano.

162 Referiu que, de acordo com o que o Governo está a pensar fazer nesta matéria, a Carta Educativa  
163 que se está a rever, poderá ficar logo desatualizada. E, disse que nunca viu um parecer do  
164 Conselho Municipal de Educação sobre esta matéria.

165

166 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que, esta Moção vem numa altura muito importante para  
167 o concelho, a partir do momento que foi entendido rever a Carta Educativa. Pelo que, é mais um  
168 contributo para reforçar o entendimento que tem relativamente ao que vai ser futuramente o parque

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

169 escolar, as infraestruturas do concelho e o modelo educativo. Disse ainda que como o Ministério da  
170 Educação terá que aprovar a revisão da Carta Educativa, espera que naquilo a que o Ministério se  
171 vincule, seja válido para o período da Carta Educativa. Relembrou que foram feitos vários diplomas  
172 que iam contra a Carta Educativa aprovada em 2008.

173 Em relação ao que foi dito sobre o encerramento de escolas por parte do Governo PS, referiu que  
174 a bancada do PS, na Assembleia Municipal, independentemente do Governo em funções, sempre  
175 votou estas questões por unanimidade. Disse que todos devem estar atentos relativamente aquilo  
176 que se passa a nível local e cada grupo à sua maneira fazer sentir ao poder central aquilo que é  
177 importante para a sua terra. Relembrou também que, quando foi para resolver a questão da escola  
178 secundária de Alcácer do Sal, fizeram uma comissão e foram recebidos na Assembleia da  
179 República pelos respetivos Grupos Parlamentares e que curiosamente foi com Grupo Parlamentar  
180 do PS que mais dificilmente tiveram contacto, porque estavam extremamente comprometidos,  
181 devido à Ministra da Educação não querer dar dinheiro para a escola. Reconheceu que mais  
182 importante do que aquilo que se passa a nível nacional dos partidos políticos ou das pessoas que  
183 governam, é a colaboração que podem ter a nível local e se há coisas que devem lutar por  
184 unanimidade, são questões em termos de educação, sociais e saúde. Referiu que, quando houver  
185 alguma quebra de solidariedade vai ser o município do lado que ganha, o que já aconteceu e que  
186 numa situação destas, quem tem que necessariamente polarizar e liderar este processo é o  
187 Presidente da Câmara.

188

189 O Presidente da Assembleia relativamente a este assunto, referiu que Alcácer do Sal já pagou uma  
190 fatura muito grande, com efeitos negativos e que é preciso estarmos todos em atentos e  
191 combativos, tendo sido nesse sentido todas as intervenções dos deputados. Realçou o papel  
192 importante das autarquias e dos seus presidentes nas negociações, (que muitas vezes são  
193 imposições), devendo existir sempre por parte desses interlocutores uma postura combativa.  
194 Concluiu que esta Moção vem dar força e um sinal da responsabilidade que cabe a esta  
195 Assembleia Municipal ao nível.

196

197 O Presidente da Câmara, pediu a palavra e disse partilhar integralmente, não só, de tudo o que foi  
198 dito pelos Deputados mas também do conteúdo da Moção. Acrescentou que há uma ofensiva,  
199 como nunca houve, após o 25 de abril, relativamente ao encerramento de serviços públicos e que  
200 está em causa uma reconfiguração do papel do Estado, que é muito menos social, menos de  
201 proximidade e mais desigual perante os cidadãos e o país.

202

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

203 O Presidente da Câmara, após solicitação para o efeito, concedeu a palavra à Vice-Presidente da  
204 Câmara.

205

206 A Vice-Presidente da Câmara, Ana Chaves referiu que teve, somente, uma reunião com a Diretora  
207 Regional de Educação onde manifestou a oposição do município em relação ao encerramento das  
208 escolas de Palma e Casebres, para este ano letivo e para os seguintes. Disse, que pelos vistos a  
209 Diretora Regional teve em conta a posição do município e a prova disso, foi a retirada das duas  
210 escolas, da lista das escolas a fechar e espera que para o ano essas escolas não constem nessa  
211 lista.

212

213 O Presidente da Câmara referiu que apesar de estar contra o encerramento das duas escolas,  
214 defende que não se deve manter a funcionar escolas com apenas um ou dois alunos, o que não é  
215 o caso da escola de Palma e Casebres.

216

217 O Presidente da Assembleia colocou a moção a votação.

218 **Deliberação: A moção foi aprovada, por unanimidade.**

219 A Moção “B”, que aqui se dá como transcrita e reproduzida, fica em pasta anexa à presente ata, da  
220 mesma fazendo parte integrante.

221

222 Seguidamente, o Presidente da Assembleia, informou que o executivo fez chegar à mesa, para  
223 inclusão na ordem de trabalhos, uma proposta aprovada em reunião de câmara no dia anterior,  
224 relativa à alteração do Mapa de Pessoal, questionando os deputados sobre a sua aceitação e  
225 eventual apreciação e votação em simultâneo com o ponto número dois. A inclusão da proposta foi  
226 aceite por todos os deputados, tendo-lhe sido atribuído o “Ponto nº7” da Ordem de Trabalhos.

227

### 228 **INTERPELAÇÃO DO EXECUTIVO**

---

229

230 A Deputada Maria Antónia Reis Mendes usou da palavra, cumprimentando os presentes solicitando  
231 autorização ao Presidente da Assembleia, para esclarecer os deputados do PS, relativamente ao  
232 termo “gestão danosa” que os deputados da CDU têm vindo a utilizar e certamente irão continuar a  
233 fazê-lo, quando se justificar.

234 Referiu que não entendem o porquê do Deputado Duarte Lynce de Faria na última Assembleia  
235 Municipal, ter vindo munido dos códigos penal e criminal, tendo feito a leitura dos artigos que

236 entendeu, para chamar a atenção do crime em que estaríamos a incorrer, face à expressão  
237 utilizada e que tiveram dificuldade em compreender a abrangência daquele procedimento.

238 Mas, após leitura atenta da declaração de voto apresentada pela bancada do PS, a referida  
239 expressão pode ser interpretada de duas formas, a jurídica, como é óbvio tratada nos tribunais e a  
240 popular que se refere a alguém que causou um dano, salientando que é nessa perspectiva que  
241 utilizam tal expressão.

242 Questionou se não era “gestão danosa”, a destruição do património público municipal, assim como:  
243 a destruição da muralha, do mini golfe, de todo o equipamento respeitante ao projeto de  
244 mobilidade, incluindo as bicicletas, e também os candeeiros que foram retirados da muralha.

245 Esclareceu, que estavam a falar de dinheiros públicos. Pretendiam assusta-los calá-los! Ter medo  
246 do medo é algo muito doloroso, pois aqueles que o sentiram na pele, não o querem voltar a sentir.  
247 Referiu ainda, que a maior parte daqueles que se encontravam presentes não sentiram esse medo,  
248 mas para aqueles que tiveram de viver o dia-a-dia com esse medo, foi um peso muito pesado, e  
249 após 40 anos do 25 de abril, não há nada nem ninguém que impeça e nos tire a liberdade de  
250 expressão para se falar sem medo a linguagem popular.

251

252 Interveio o Deputado Duarte Lynce de Faria referindo que “gestão danosa”, só entende aquela que  
253 juridicamente é tomada, salientado que se a Deputada Maria Antónia Reis Mendes tinha essa  
254 intenção, poderá recorrer aos tribunais e mover uma ação popular relativamente a tudo isso que  
255 disse, ou seja, tirar as consequências diretas daquilo que acabou de dizer, o que não é correto é  
256 fazê-lo sem deixar efetivamente que o executivo anterior possa justificar ponto por ponto, o que é  
257 que fez e com que intenção é que o fez. Essa foi a questão que referiu e repete as vezes que  
258 forem necessárias.

259 Salientou ainda, que a questão que é importante é a referência ao passado numa forma séria e de  
260 uma forma responsável, e nessa perspetiva se houve erros eles serão apontados e corrigidos.

261 Referiu que ao se aplicar determinados qualificativos os mesmos têm significados jurídicos que  
262 devem ser tomados como tal e foi nessa perspetiva apenas, e não numa popular que efetivamente  
263 foi feita a declaração de voto.

264 Referiu também que a liberdade do 25 de abril não é para impor qualificativos, mas para se poder  
265 debater toda essa situação e terminou dizendo que quando se acredita na democracia, tanta razão  
266 pode ter a Sra. Deputada, como a sua bancada.

267

268 Interveio a Deputada Maria Antónia dos Reis Mendes para esclarecer que tinha falado no plural e  
269 não na sua pessoa.



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

270 A seguir o Deputado Manuel Rocha agradeceu o apoio prestado pela Câmara Municipal de Alcácer  
271 do Sal, da Câmara Municipal de Grândola, e Juntas de Freguesia dos respectivos concelhos na  
272 iniciativa levada a cabo pela Comissão de Utentes do IC1 e salientou que foi uma ação com uma  
273 assinalável participação que decorreu de forma organizada, e com reflexos na comunicação social.  
274 Referiu ainda que este assunto tinha sido levado pelo Grupo Parlamentar do PCP à Assembleia da  
275 República, por o considerar importante e ser de uma matéria para dar continuidade ao seu  
276 acompanhamento, pelo que gostaria de contar também com os restantes deputados que aqui se  
277 encontram.

278  
279 A Deputada Luzia Carvalho cumprimentou os presentes e referiu que não estavam esgotadas as  
280 ações relativamente ao IC1, e solicitou ao Presidente da Câmara informações que eventualmente  
281 tenha relativamente a essa matéria.

282 A Deputada referenciou a moção que tinha sido aprovada, e uma das deliberações era de facto  
283 construir-se em conjunto um abaixo-assinado, que envolvesse diretamente a população, para que  
284 este assunto fosse discutido na Assembleia da República.

285 Salientou, que em conjunto com os colegas de bancada iriam elaborar uma primeira proposta de  
286 texto, que entregará ao Deputado Duarte Lynce de Faria, para que a bancada do PS também  
287 possa dar os seus contributos e posteriormente esse documento, ser produzidos nos serviços de  
288 apoio à Assembleia Municipal para ser distribuído pela população.

289  
290 O deputado Duarte Lynce de Faria referiu, a seguir que não era só a estrada de Grândola e  
291 salientou outros sítios, designadamente a subida de Alberge e a descida para Palma, mencionando  
292 que para as motas era bastante perigoso, uma vez que parte do rodado se encontra rebaixado, o  
293 que para um carro normal não haverá problema, mas para uma mota é perigosíssimo,  
294 principalmente quando chove.

295 Considera que protesto/denúncia, deveria ter alguma continuidade, nomeadamente até Palma e  
296 não ser, só até Alcácer do Sal.

297  
298 O Deputado Manuel Rocha esclareceu que a iniciativa se alargava até à Marateca, ou seja, todo  
299 troço previsto para início e a conclusão das obras.

300  
301 O Deputado Nuno Dias, referiu que registou com apreço as questões colocadas pelo PEV  
302 relativamente ao fecho do tribunal, e questionou o Presidente da Câmara se havia alguma  
303 novidade relacionada com este processo.

304 O Deputado Albino Francisquinho, referiu-se também ao IC1, nomeadamente na descida de  
305 Alberge, mais concretamente no desvio para Casebres, que é bastante perigoso uma vez que os  
306 buracos que se encontram na estrada, fazem com que os carros resvalam, e que em sentido  
307 contrário, sucedia o mesmo.

308 Informou que a Junta de Freguesia não tinha competência para o fazer diretamente, mas fez  
309 diligências junto do anterior executivo, que enviou um ofício para as Estradas de Portugal. Referiu  
310 que este executivo fez o mesmo tipo de diligências, mas nunca houve qualquer tipo de resposta  
311 por parte das Estradas de Portugal.

312

313 O Deputado Luís Nunes, referiu que tinha visto na página do facebook da Câmara, uma  
314 publicidade a uma empresa privada, relativamente a passeios de barco e de carros que se iriam  
315 realizar, onde constava que o custo de cada passeio era de dez pinhões por pessoa.

316 Salientou que numa altura que se estava na legalização de faturas, não é muito ético aparecer este  
317 tipo de frase.

318 Disse que no futuro deveriam evitar este tipo de situação, compreendia que era uma promoção ao  
319 concelho, mas pensa que não fica correto este tipo de informação na página oficial da câmara.

320 Fez referência à Feira da PIMEL, e que a mesma deveria ser melhorada, uma vez que era um  
321 cartão-de-visita para Alcácer do Sal e que o executivo deveria fazer uma avaliação à mesma.

322 Salientou o facto de, o som dos DJ's estar muito alto por ser uma hora tardia, poderia ter havido  
323 alguma sensibilidade relativamente a esse facto e houve muitas pessoas a reclamarem por causa  
324 do som.

325 Fez um reparo nomeadamente aos espetáculos, onde referiu que deveria ter havido um equilíbrio  
326 maior.

327 Salientou ainda a abertura da Feira da PIMEL, mais concretamente em relação à pessoa que cá  
328 esteve, que se falava que a mesma, tinha ganho cinco mil euros para estar presente na  
329 inauguração, pelo que aconselhou o executivo a avaliar se esse tipo de iniciativas tinha algum  
330 retorno.

331 Referiu-se ainda ao Largo Luís de Camões, que mais parecia o Largo da cerveja, salientando que  
332 não gostava, e que o município deveria fazer naquele local uma intervenção, uma vez que era  
333 excessiva a publicidade que estava colocada.

334 Disse ainda que pode ter sido uma boa negociação por parte do município, mas aquele sítio, é a  
335 entrada principal de Alcácer do Sal, o ex-líbris da cidade.

336

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

337 A Deputada Luzia Carvalho, usou da palavra por parte da bancada da CDU, para saudar o  
338 Presidente da Câmara e todo o executivo pela forma como a Feira da PIMEL decorreu, salientando  
339 que a mesma se apresentou renovada e que em toda a sua envolvência houve um cuidado  
340 acrescido, que resultou numa nova imagem que, dignificou Alcácer do Sal.

341 Consideram que foi uma aposta bem-sucedida, daí, reiterar os parabéns a todo o executivo e aos  
342 funcionários que a tornaram possível.

343 Verificou-se que a promoção dos produtos e dos produtores locais foi cuidadosamente pensada, o  
344 vinho, o mel, a doçaria, que este ano houve muitos participantes no concurso de doçaria o que é de  
345 salientar, uma vez que existe algum desânimo neste setor.

346 Mencionou também o regresso do concurso dos Rafeiros Alentejanos, o desfile dos cavaleiros e  
347 amazonas, as provas com os cavalos, salientando que em futuras edições da PIMEL seguramente  
348 este executivo irá apostar ainda mais.

349 Realçou que a Feira da PIMEL foi um motivo de orgulho para todos, com destaque nos órgãos de  
350 comunicação social. Sublinhou que a figura pública que esteve presente na abertura foi um bom  
351 veículo para promoção do certame, não só nos meios de comunicação social, mas também nos  
352 meios onde o próprio se move.

353 Salientou com orgulho que o certame tinha sido noticiado pelas melhores razões.

354 Relativamente ao ruído, lembrou que, anteriormente e lamentavelmente nas festas da Juventude  
355 foram necessárias as intervenções da G.N.R. e recordou também o horário da antiga Feira da  
356 PIMEL.

357

358 O Deputado Luís Nunes, pediu a palavra para referir que o executivo deveria fazer uma avaliação  
359 do investimento para saber se houve algum retorno, esclarecendo que o ruído a que se tinha  
360 referido, era o ruído depois dos espetáculos.

361 O Presidente da Câmara, pediu a palavra e informou que iriam fazer uma avaliação relativamente  
362 à Feira da PIMEL.

363 Informou também, que na sessão de abertura tinham feito uma homenagem aos trabalhadores e  
364 que hoje tinham feito um almoço, com a participação de cerca de cento e sessenta trabalhadores,  
365 os mesmos que trabalharam diretamente na Feira da PIMEL, no qual, em nome do executivo  
366 permanente agradeceu a cada um dos funcionários da câmara, pois foram fantásticos, realçando o  
367 facto de ter havido pessoas que trabalharam durante as 24 horas.

368 Mencionou que o seu trabalho foi imprescindível, perante um executivo, que não tinha experiência  
369 nessa área.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

370 Salientou que, a postura do executivo, foi aproveitar o que vinha de trás, que estava bem, criando  
371 aspetos novos e sobretudo, proporcionar um grande certame para Alcácer do Sal.  
372 Referiu ainda, que a questão do som, era uma questão que agradava a uns, a outros não, mas o  
373 mesmo, já tinha sucedido noutras festas e bailes na periferia de Alcácer do Sal.  
374 Referenciou também a presença da Sra. Ministra da Agricultura, que visitou os expositores e citou  
375 num jornal, que tinha encontrado em Alcácer do Sal, uma região viva e dinâmica.  
376 Informou que, no dia quinze de junho, a Sra. Bastonária da Ordem dos Advogados, enviou um  
377 convite para uma iniciativa que a Ordem dos Advogados vai promover no dia quinze de julho, junto  
378 à Assembleia da República, para quem quiser participar, contra o novo Mapa Judiciário, onde está  
379 incluído o encerramento de tribunais e a criação de sessões de proximidade. Considera ser um  
380 dever, como eleitos municipais, estarmos presentes nesta iniciativa. A Câmara irá disponibilizar um  
381 autocarro para a população que quiser participar na iniciativa.  
382 Informou ainda, que na CIMAL, está a decorrer um processo, com o envolvimento dos cinco  
383 municípios do Litoral Alentejano, no sentido de mover uma ação popular, relativamente às  
384 consequências graves que o Novo Mapa Judiciário irá ter.  
385 Evidenciou também, que a iniciativa do IC1 tinha sido positiva, os órgãos de comunicação social  
386 estiveram presentes, o governo já tinha reagido dizendo que iria acelerar o processo de reparação  
387 do troço entre a Grândola e Marateca, correspondendo, aliás, com o que a Estradas de Portugal  
388 contempla no projeto.  
389 Esclareceu ainda, o Deputado Luís Nunes, que a Câmara não aprovava o que estava a acontecer  
390 no Largo Luís de Camões, e que se tratava de um “negócio” entre a empresa de cerveja e os  
391 comerciantes. Informou que o executivo estava a estudar uma forma, de enquadrar naquela zona o  
392 ensombramento das esplanadas.

393

394 O Presidente da Assembleia, usou da palavra para informar que da parte da mesa, iriam estar  
395 presentes na iniciativa promovida pela Ordem dos Advogados e apelou também aos deputados  
396 municipais que tivessem disponibilidade, para estarem presentes.

397

398 **ORDEM DE TRABALHOS**

---

399

400 **1 - Análise e conhecimento da informação financeira do Município de Alcácer do Sal/maio**

401 **de 2014.**

402 **Tomado Conhecimento.**

403 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
404 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

405

406 **2 - Análise e votação da proposta referente à alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de**  
407 **2014.**

408 O Presidente da Assembleia solicitou ao Presidente da Câmara que apresentasse a proposta.

409 A proposta foi apresentada pelo Presidente da Câmara.

410 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

411 **Intervenções:**

412 O Presidente da Câmara solicitou que fosse dada a palavra à vereadora Ana Chaves, que  
413 cumprimentou os presentes e apresentou a proposta esclarecendo que a proposta que vinha na  
414 ordem de trabalhos tinha a ver com a especificidade da licenciatura, a segunda proposta que tinha  
415 ido ontem a reunião de câmara e tinha sido entregue hoje tinha a haver, com a necessidade de  
416 reforçar a equipa de arquitetura, e acabava por ser uma substituição que já vinha anteriormente no  
417 mapa de pessoal, para um de técnico de SIG e a sua substituição seria feita por um arquiteto.

418

419 O Deputado Duarte Lynce de Faria solicitou que as propostas fossem votadas em separado, para  
420 que a votação fosse feita em cada um dos pontos.

421

422 O Deputado Luís Nunes referiu que todos os trabalhadores da EMSUAS eram bons e que  
423 mereciam um grande respeito, mencionando que se encontram nas duas bancadas antigos  
424 administradores da EMSUAS, que o podiam confirmar.

425 Sublinhou o facto de serem sessenta e sete os trabalhadores que optaram pela internalização, e  
426 que para um funcionário restringiu-se os critérios de tal forma, que poucas pessoas poderão  
427 concorrer a esse procedimento.

428 Mas, aquando do procedimento para os outros não utilizaram os mesmos critérios e pensa que o  
429 deveriam ter feito.

430 Referiu ainda que esta proposta deveria ser retirada e sim, fazerem as propostas iguais para todos  
431 os funcionários.

432

433 A Vereadora Ana Chaves informou que as especificidades dos outros concursos serão dadas no  
434 respetivo aviso do procedimento concursal.

435 Referiu que estavam a falar da proposta de um técnico superior e os restantes são pessoal  
436 operário, tem de haver alguma diferenciação, mas está tudo acautelado.

437

438 O Presidente da Câmara esclareceu que por vezes se deve acautelar as situações e que a  
439 situação do restante pessoal estava assegurada. Informou que não havia uma desigualdade mas  
440 sim restringir, ou seja era um mecanismo de segurança.

441

442 O Deputado Serafim Inocêncio referiu que os critérios terão de ser definidos para todos os  
443 concursos.

444

445 O Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Câmara, se haveria algum inconveniente,  
446 do ponto de vista processual, em que a votação das propostas fosse feita em separado.

447

448 O Presidente da Câmara informou que o chefe da Divisão de Recursos Humanos estava presente  
449 e que, com um maior rigor técnico poderia responder a essa questão.

450 O Presidente da Câmara concedeu a palavra ao Dr. Mário Cardoso, que informou não nenhuma  
451 incompatibilidade em que as propostas fossem votadas em separado, uma vez que eram dois  
452 processos diferentes.

453 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

454 **Deliberação: Aprovada por maioria com 8 abstenções do PS.**

455 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
456 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

457

458 **3 - Análise e votação da proposta referente à consolidação de contas 2013.**

459 O Presidente da Assembleia, colocou a proposta a discussão.

460 **Intervenções:**

461 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que a prestação de contas, como diz o revisor oficial de  
462 contas, demonstra que os documentos contabilisticamente estão corretos.

463

464 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

465 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

466 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
467 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

468

469 **4 - Análise e votação da proposta referente à autorização prévia genérica da Lei dos**  
470 **Compromissos e dos Pagamentos em Atraso – Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA).**

471 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

472 **Intervenções:**

473 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu, que este é um dos mecanismos que o executivo tem  
474 que ter na mão e tem que estar sempre acautelado. Disse, que esta Lei pretende limitar e  
475 constranger cada vez mais a ação do poder local. Acrescentou, que é uma limitação que os  
476 municípios têm de acolher porque foi imposta, mas deveria ser da responsabilidade dos autarcas a  
477 gestão dos seus próprios orçamentos, que tinham mais do que capacidade para fazer uma boa  
478 gestão, sem ser necessário uma Lei dos Compromissos.

479  
480 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

481 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

482 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
483 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

484

485 **5 - Análise e votação da proposta referente à 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e da**  
486 **Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos-PPI e 1ª Revisão às Atividades**  
487 **Mais Relevantes - AMR.**

488 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

489 **Intervenções:**

490 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que pelo que pôde descortinar em relação a esta  
491 revisão, boa parte foi feita para acautelar a integração dos funcionários da EMSUAS na Câmara e  
492 que, como já tinha dito, anteriormente, a bancada do PS, continua disponível para ajudar nesse  
493 processo, para que de uma maneira suave, mas efetiva, se possa promover a integração dos  
494 sessenta e sete membros da EMSUAS.

495

496 A seguir a Deputada Luzia Carvalho referiu, que é um facto, que esta revisão está relacionada, em  
497 parte, com a necessidade de acautelar a integração dos trabalhadores da EMSUAS, mas, há três  
498 aspetos, que vêm mencionados na primeira página da proposta, que são responsáveis por 50%  
499 desta revisão. Dois desses aspetos são pela negativa, um deles é um reforço na ordem dos  
500 quinhentos e trinta e sete mil euros para o cumprimento dos compromissos com as Águas Públicas  
501 do Alentejo e outro, no valor de cento e quarenta e seis mil euros que o município vai ter que  
502 devolver, a propósito de algumas verificações físicas no Centro Escolar do Torrão, que não  
503 cumpriam os requisitos. Há um aspeto pela positiva, que é um reforço de cento e cinquenta mil  
504 euros, relacionado com a questão dos cortes que foram repostos aos trabalhadores da função  
505 pública.

506

507 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que quando há determinados aspetos das obras que  
508 não são elegíveis, politicamente, essas situações têm que ser resolvidas e necessariamente são  
509 situações menos corretas que no futuro vão ser corrigidas, que não devem ocorrer, mas que  
510 ocorrem em várias obras.

511 Sublinhou também, que toda esta revisão orçamental, incide num aspeto importante, é uma  
512 situação que vai ser coberta e reposta, uma questão administrativa, não era que o dinheiro não  
513 existisse, essa reposição é uma situação diferente daquela que a Deputada Luzia Carvalho disse, e  
514 bem, relativamente à reposição das verbas dos Centros Escolares.

515 Afirmou ainda que houve sempre uma tentativa de maximização dos fundos comunitários e dos  
516 fundos de terceiros, que efetivamente, o anterior executivo teve relativamente aos Centros  
517 Escolares. E, que algumas coisas podem não ter corrido tão bem, mas gostaria que essa situação  
518 também fosse vista com aquilo que efetivamente o anterior executivo recolheu do ponto de vista de  
519 financiamentos para os Centros Escolares da Comporta e do Torrão.

520  
521 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

522 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

523 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
524 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

525

526 **6 - Análise e votação da proposta referente ao concurso público para concessão da**  
527 **gestão, exploração e manutenção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de**  
528 **telecomunicações.**

529 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

530 **Intervenções:**

531 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que esta é uma boa medida de gestão, que estudou o  
532 caderno de encargos, para perceber as redes de telecomunicações, em que medida o município  
533 poderia ser responsável, ou não, se houvesse uma avaria e em que medida seria ressarcido.  
534 Percebeu que o município irá receber uma renda, que os consumidores não serão penalizados  
535 com uma taxa, porque vai haver concorrência entre os operadores, mas na sua opinião, isto  
536 corresponde a uma privatização. Questionou que, sendo ou não uma privatização, em que medida  
537 é que é admitido pelo atual executivo esta questão, porque da mesma forma que o Presidente  
538 disse há pouco, que não se deve manter em funcionamento escolas com um ou dois alunos,  
539 parece que há situações e situações em relação às concessões. Acrescentou que, não é possível  
540 dizer que todas as concessões são más, nem se pode dizer que todas as concessões são boas.  
541 Portanto, aqui há alguma questão de ser uma boa gestão, porque efetivamente corresponde a uma



---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

542 privatização em que é discutível, em determinadas situações, que possa a vir a beneficiar, porque  
543 o controlo em muitos casos, não fica na mão do concedente.

544 Disse Também, que neste caso, parece-lhe que até isso acontece, em que o próprio concedente  
545 tem muito mais poder do que tem nas situações normais, ou seja, o concessionário fica mais  
546 controlado e supervisionado, mas de toda a maneira questionou se não será que, pode haver  
547 concessões boas, ou se todas as concessões correspondem a privatizações, mas admitiu que, há  
548 partida, é um bom ato de gestão.

549  
550 O Presidente da Câmara pediu a palavra e referiu que é surpreendente a primeira parte da  
551 intervenção do Deputado Duarte Lynce de Faria, quando elogiou esta medida, mas também já  
552 esperava que a seguir viesse uma observação da sua parte. Sugeriu que o Deputado deveria ler o  
553 artigo 26º sobre o resgate, que diz no ponto 1, que o concedente pode resgatar a concessão por  
554 razões de interesse público após decurso do prazo de dois anos.

555 Referiu ainda, que este caso, é tanto uma privatização, como as bases de concessão das redes de  
556 baixa tensão à EDP, que como todos devem saber, são propriedade dos municípios, aos quais a  
557 EDP paga uma renda. Mencionou que há outras matérias do ponto de vista jurídico relacionadas  
558 com as Águas do Alentejo, onde o Município de Alcácer do Sal entrou, juntamente com outros, num  
559 total de vinte e um municípios, onde não se alienou competências, fez-se sim, uma concessão de  
560 competências que podem ser avocadas.

561 Clarificou que, o município não está a alienar, aquilo que é o entendimento sobre a passagem das  
562 infraestruturas, está é a dizer que a passagem é sua e deseja que a PT concorra, porque estaria a  
563 reconhecer que a passagem é do município e se não concorrerem terão que pagar e, quem fica  
564 beneficiado com esta medida é o município de Alcácer do Sal. Acrescentou que, o município não  
565 vai por outro caminho, a **"taxa municipal de direito de passagem"**, porque há muitos professores de  
566 direito que consideram inconstitucional esse diploma legal e dessa forma estariam a colocar mais  
567 um ónus em cima do cidadão e neste caso vão colocar o ónus na empresa das telecomunicações.

568  
569 O Deputado Duarte Lynce de Faria, referiu que em qualquer contrato público é sempre devido o  
570 resgate e a questão mais importante são os termos do resgate.

571 Afirmou que o próprio direito à diferença e o reconhecimento que tem pelos atos e pelos projetos  
572 que aqui são colocados, devem independentemente das questões ideológicas, ser apreciados per  
573 si. Neste caso este é um projeto que estudou, ponto por ponto e enumerou o porquê de achar esta  
574 uma boa medida de gestão. Referiu ter percebido, que assim, o município poupa os municípios de  
575 estarem sujeitos á célebre taxa dos direitos de passagem.

576

577 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

578 **Deliberação: Aprovada por unanimidade.**

579 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
580 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

581

582 **7 - Análise e votação da proposta referente à alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de**  
583 **2014.**

584 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a discussão.

585

586 O Deputado Duarte Lynce de Faria, questionou o executivo sobre a necessidade de um arquiteto  
587 nesta altura, dado que cada vez existiam menos projetos de obras.

588 Colocou ainda uma outra questão, como é que em termos legais, e com todos os constrangimentos  
589 que existem no momento para a contratação na função pública, justificavam este procedimento.

590 O Presidente da Câmara informou que a câmara necessitava de mais um arquiteto, porque  
591 necessita de reforçar-se do ponto de vista técnico, está-se a falar de um arquiteto civil, pois de  
592 momento, os técnicos desta área que existem são insuficientes para o trabalho atual e para o que  
593 virá futuramente.

594 Afirmou que não era correto dizer-se que havia diminuição de projeto municipal, e que do ponto de  
595 vista de licenciamento, o mesmo, não tinha diminuído.

596 Salientou, que os cascos históricos do Torrão e de Alcácer do Sal, necessitavam de ser  
597 reabilitados. Do ponto de vista de planeamento e gestão urbanística existe, um arquiteto muito bom  
598 nesta área, que tem estado a dar resposta à carta da REN.

599 Ir-se-á fazer a revisão do PDM o que é um processo complexo e demorado e terá de se executar  
600 muito projeto, uma vez que vem aí o "Programa Portugal 2020".

601

602 O Presidente da Assembleia salientou a importância das autarquias terem projetos em carteira,  
603 para que, quando houvesse candidaturas, os mesmos possam ser submetidos.

604

605 A pedido do Presidente da Câmara foi dada a palavra o Dr. Mário Cardoso que informou estarem  
606 acauteladas a "questão dos custos". Salientou que a Câmara Municipal de Alcácer do Sal tem  
607 vindo sucessivamente a respeitar a redução imposta pelo Orçamento do Estado, que era uma  
608 imposição, por vezes castradora da atividade municipal, pois obriga que as câmaras reduzam  
609 trabalhadores, mas esta situação também está acautelada.

610 Informou também que no anterior mapa de pessoal, já se equacionava um engenheiro ou um  
611 arquiteto e não um técnico do SIG, pois nessa altura já se tinha detetado essa necessidade.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

612 Neste momento este posto de trabalho deverá ser por tempo indeterminado, mas o que se está a  
613 equacionar é uma eventual mobilidade entre órgãos e serviços e aí a questão não se coloca, uma  
614 vez que não é a abertura de um procedimento concursal, mas sim de uma mobilidade.

615  
616 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que do ponto de vista de legalidade tinha ficado  
617 esclarecido, salientando ainda que o trabalho do Professor Sidónio Pardal tinha sido notável.  
618  
619 O Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

620 **Deliberação: Aprovada por maioria com 8 votos contra do PS.**

621 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando  
622 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

623

### 624 **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** \_\_\_\_\_

625 Interveio o Sr. Luís Pereira referindo-se ao encerramento das escolas públicas uma vez que era um  
626 assunto que lhe dizia respeito, salientando que o limite para fecho das escolas era de vinte e um  
627 alunos.

628 Questionou o Presidente da Câmara e o Deputado Duarte Lynce de Faria qual seria o limite de  
629 alunos para manter uma escola aberta.

630 Salientou que gostaria de uma resposta concreta, uma vez que diz respeito às comunidades.

631 Questionou o Presidente da Câmara sobre o valor que o município pagou ao Paulo Futre, para  
632 estar presente na Feira da PIMEL.

633

634 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que nunca houve um valor quantitativo para fechar  
635 escolas.

636 Mencionou que na moção hoje aprovada não estava referido o número de alunos, a integração  
637 psicossocial na própria comunidade ao se colocar esta questão era evidente que estavam a colocar  
638 os números em causa.

639 Salientou que um número nunca pode ser indicativo de coisa alguma, eventualmente poderá ser  
640 mais um elemento que contribua para tal.

641 Relembrou que no tempo em que o Sr. Luís Pereira era deputado ao propor uma moção sobre a  
642 escola pública, o aspeto da relevância da comunidade e da integração era referido, e é exatamente  
643 o mesmo que se traz aqui.

644 Referiu que as pessoas têm de ter alguma coerência naquilo que dizem e nessa perceptiva nunca  
645 se fechará uma escola por se apreciar o número de alunos.

646

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

647 O Presidente da Câmara, usou da palavra para esclarecer que relativamente aos custos com o  
648 Paulo Futre, na abertura da Feira da PIMEL, já tinha dado essa afirmação na Feira da PIMEL, mas  
649 iria repeti-la na Assembleia Municipal. Mencionou que tinha estimado cem mil euros em patrocínios  
650 e apoios diretos, onde está incluída a abertura da mesma.

651 Relativamente ao encerramento de escolas, afirmou que eram defensores da escola pública e da  
652 escola rural, que é um defensor de protocolos, de acordos de colaboração com o ICE.

653 Informou que estavam num processo para trazer de novo o ICE de volta a Alcácer do Sal, pois  
654 considera que o ICE tem tido um papel muito importante em relação à escola rural.

655 Afirmou que tem lutado sempre contra o encerramento de escolas, juntamente com pais e  
656 professores e que já esteve com ministros e diretores regionais, e que se uma escola tiver de  
657 funcionar com um aluno porque não existe outras condições, que funcione com um aluno e que é  
658 um dever do Ministério da Educação colocar lá um professor.

659 Considera que o Ministério da Educação ao longo do tempo tem feito um ataque brutal às escolas  
660 rurais, contribuindo para o seu encerramento, para o despedimento de professores e para uma  
661 concentração de escolas e inclusive conduzindo ao processo de privatização, ou seja a condução  
662 de alunos para o setor privado.

663 Sublinha que a base de entendimento de toda as pessoas presentes da moção que foi apresentada  
664 pelo Partido Socialista está bem-feita e revê-se naquilo que ali está, e as intervenções dos vários  
665 deputados têm a ver com a defesa da escola pública, a escola rural, de uma forma que possa  
666 responder no que á base de conhecimento para um aluno, e as escolas com mais problemas, ou  
667 seja, com cinco ou seis alunos e será um processo que terá de ser trabalhado em rede.

668 Informou, que esteve sempre contra o memorando feito, há anos atrás com a ANMP, de se  
669 encerrar escolas, com menos de vinte e um alunos.

670

671 O Sr. Luís Pereira, pediu a palavra que agradava-lhe perceber que se tinha deslocado a questão  
672 dos números para outra realidade, referindo que esta comunidade, este executivo e a Assembleia  
673 Municipal, dentro em breve, terão de argumentar bem, para manter as escolas abertas.

674 Infelizmente, teme que esta realidade seja mais breve do que se pensa.

675

676 Voltou a referir, se houver uma escola com cinco alunos e os pais se debatam para que a mesma  
677 se mantenha aberta, questiona se este executivo estará disposto a debater-se pela manutenção  
678 dessa escola.

679 O Presidente da Assembleia referiu que tanto o Deputado Duarte Lynce de Faria, como o  
680 Presidente da Câmara já tinham respondido a essa questão.

---

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

---

681 O Deputado Duarte Lynce de Faria referiu que o grupo municipal do PS concordava com o Abaixo-  
682 assinado proposto pela CDU relativamente às obras do IC1/EN120, desenvolvendo-se desde já as  
683 diligências necessárias para que não se perca mais tempo, e tão depressa quanto possível, o  
684 mesmo, possa ter como consequência, que este ponto seja agendado na Assembleia da  
685 República.

686

### 687 **APROVAÇÃO EM MINUTA DAS DELIBERAÇÕES** \_\_\_\_\_

688

689 **Foi lida a minuta da ata, pelo 1º secretário da mesa, a fim das deliberações nela integrantes,**  
690 **produzirem efeitos imediatos.**

691 **Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.**

692

### 693 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO** \_\_\_\_\_

694

695 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia, declarou encerrada a sessão, pelas vinte  
696 e três horas e cinquenta e cinco minutos do dia 27 de junho do ano dois mil e catorze. Eu, Dina do  
697 Carmo Prego Semião Sardo e Nuno Manuel Carvalho, assistentes técnicos, redigimos a presente  
698 ata, que assinamos com o Presidente da Assembleia Municipal.

699

700  O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

701

702 

703

704 OS ASSISTENTES TÉCNICOS

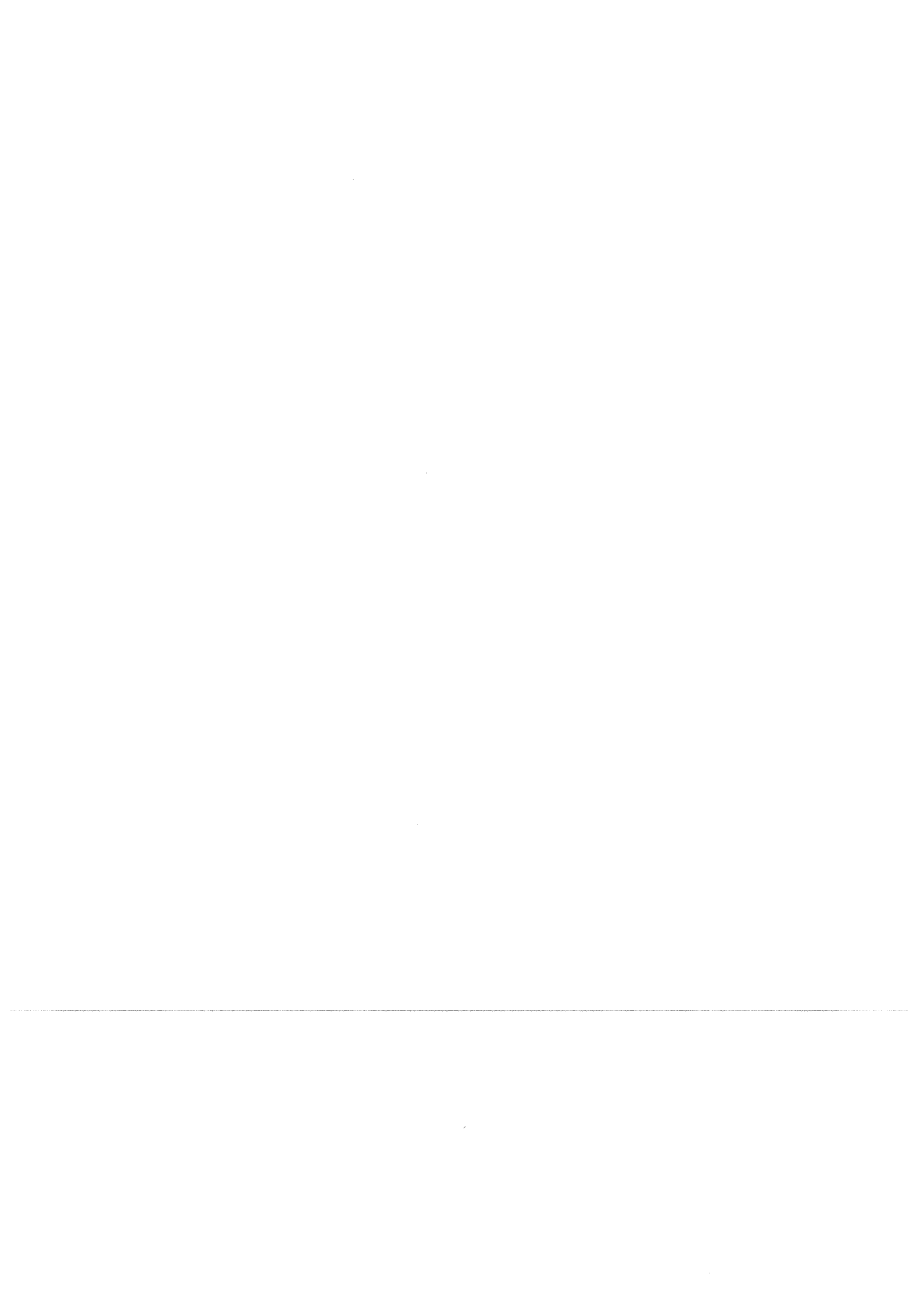
705

706 

707

708 

709



## **MOÇÃO**

### **(FAM - Fundo de Apoio Municipal)**

O Governo remeteu à Assembleia da República a Proposta de Lei 232/XII, aprovada em Conselho de Ministros de 5 de junho, que estabelece o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o FAM – Fundo de Apoio Municipal. Este Fundo, previsto na Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro), carecia, desde então, de um diploma próprio que estabelecesse as regras conducentes à sua operacionalização, nomeadamente, estrutura, termos e condições de capitalização e funcionamento.

O documento, agora apresentado para discussão na Assembleia da República, prevê que o FAM se cifre nos 650 milhões de euros, dos quais 455 milhões (setenta por cento) caberão aos Municípios e os restantes trinta por cento ao Governo. Concretizando o impacto desta medida na realidade local, a comparticipação obrigatória do concelho de Alcácer do Sal para o FAM é estimada em 1.115.957,20 €, distribuídos em cinco anos, a partir já de 2015, resultando numa tranche anual de cerca de 230 mil euros.

Mesmo numa outra proposta de 50% para os Municípios caberia a Alcácer do Sal o montante global de 825.683,67 €, a distribuir por 7 anos, o que equivaleria a um esforço anual de 117.954,81 €.

A desproporção da contribuição exigida aos Municípios é ainda mais gritante quando se verifica a existência de verbas disponíveis no PAEL, o Programa de Apoio à Economia Local, anterior instrumento de recuperação financeira das autarquias que consistia num empréstimo de mil milhões de euros.

Além do grande esforço exigido a todos os Municípios, o FAM surge enquadrado por um pacote de medidas que tolhe, de forma dramática, a autonomia dos Municípios que a ele recorrerem, numa ingerência sem precedentes do Governo no Poder Local Democrático, sufragado pelas populações, que vai do aumento de taxas, tarifas e preços dos serviços prestados à limitação da atividade e à redução do serviço público.

Somos, assim, levados a concluir que o FAM, nos moldes em que se afigura, será mais um “presente envenenado”: para os municípios em dificuldades, constituirá uma troca injusta, condenando autarcas a uma limitação na concretização dos seus programas e as populações a uma diminuição da qualidade de vida; para os restantes municípios, constituirá um acréscimo pesado aos orçamentos, que, no entanto, em nada contribuirá para o desenvolvimento local.

Apesar das situações de carência de recursos financeiros vividas, atualmente, por alguns municípios, não podemos esquecer que, para tal, muito contribuíram os cortes sucessivos nas transferências do Orçamento de Estado para os municípios, a redução da sua participação nos impostos do Estado, a imposição de novas competências sem o acompanhamento dos respetivos meios ou o não pagamento pelo Governo de serviços prestados pelas autarquias.

Convicta de que a presente Proposta de Lei atenta contra a autonomia do Poder Local Democrático, consagrada na Constituição da República Portuguesa, e contrariamente ao que a designação “Fundo de Apoio Municipal” indica, conduzirá os Municípios a um novo patamar de deterioração da sua situação financeira e do serviço público prestado, em áreas tão





importantes para o quotidiano das famílias, como a educação ou os serviços de água e resíduos sólidos urbanos, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida a 27 de Junho de 2014, delibera:

1. Recusar liminarmente o conteúdo da Proposta de Lei 232/XII, na medida em que não assegura a justa repartição dos encargos entre os Municípios e o Governo, contrariando os interesses dos territórios e das suas comunidades, constitui uma grave ingerência na gestão municipal e põe em risco a estabilidade de Municípios com situação financeira equilibrada, num esforço, embora solidário, desproporcional e desajustado às suas possibilidades e responsabilidades no campo da coesão social nacional.
2. Reivindicar a negociação séria e plural com os Municípios de medidas de reequilíbrio financeiro, em respeito pela autonomia do Poder Local Democrático, pelo serviço público de qualidade e pelos direitos das populações.
3. Exigir a alteração da Lei das Finanças Locais, de modo a assegurar:
  - a defesa da recuperação da capacidade financeira dos Municípios;
  - a reposição da autonomia administrativa e financeira, de acordo com a Constituição;
  - o aperfeiçoamento de instrumentos de saneamento financeiro já existentes e a discussão de propostas já apresentadas, como
    - a. reposição do IMT como receita municipal;
    - b. o reforço da participação dos Municípios nos impostos do Estado, repondo o valor de 25,3% da média aritmética da receita proveniente do IRS, do IVA e do IRC;
    - c. a densificação do instrumento de saneamento financeiro, com a introdução do processo negocial direto com os credores, incluindo os bancos, através da negociação de montantes, prazos e juros, abrangendo expressamente a intermediação financeira;
    - d. a disponibilização pelo Estado de recursos financeiros, incluindo a prestação de garantias, como complemento do processo de renegociação com os credores e de financiamento bancário para o saneamento financeiro;
    - e. o estabelecimento de um Plano de Reequilíbrio Financeiro, que aponte soluções que permitam resolver o desequilíbrio financeiro, sem onerar as populações e sem pôr em causa o funcionamento pleno dos serviços públicos e da atividade municipal;
    - f. a revogação da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso.
4. Dar conhecimento da presente Moção a:
  - Sr. Presidente da República;
  - Sr. Primeiro-Ministro;
  - Sra. Ministra de Estado e das Finanças;
  - Grupos Parlamentares;
  - Associação Nacional de Municípios Portugueses;
  - CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;
  - Assembleias de Freguesia do Concelho;
  - Comunicação social.

Alcácer do Sal, 27 de junho de 2014

Os Eleitos da CDU

1  
2  
3  
4  
5

1

---



## MUNICÍPIO DE ALCÁCER DO SAL

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL (Sessão de 27 de junho de 2014)

#### MOÇÃO PELA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E CONTRA O ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS QUE INTEGRAM AS COMUNIDADES LOCAIS!

Devido às políticas antissociais de austeridade que têm vindo a ser desenvolvidas e se refletiram nos cortes orçamentais de 2012, 2013 e 2014, a Escola Pública viu negada algumas das suas respostas educativas e sociais e reduzidos os diversos recursos humanos e materiais que são essenciais à sua boa organização e ao seu funcionamento, contribuindo, assim, o Governos para o progressivo esvaziamento da Escola Pública.

Com este Governo, a Educação corre o risco de ser excluída das funções essenciais do Estado e, como contributo mais recente, o novo encerramento de escolas. Uma vez mais, foi anunciado pelo Governo o encerramento, até ao início do próximo ano letivo, de 311 escolas do 1.º ciclo com a fundamentação de terem menos de 21 alunos. Esta medida é altamente gravosa para as populações que, em diversas localidades, vivem numa verdadeira comunidade com a Escola cuja existência é fundamental à dinamização da vida local.

Não é a primeira vez que a Câmara e a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal manifestam, de forma unânime, total oposição ao fecho de escolas que se integram, de pleno, nas comunidades locais e que são fonte de desenvolvimento e de bem-estar das populações de diversos aglomerados urbanos do concelho de Alcácer do Sal. E apesar de, neste rol de encerramentos, não figurarem escolas do concelho de Alcácer do Sal, nem por isso se deve deixar de estar atento e de condenar esta política, para bem das populações!

Por todo o país e, em particular, nas zonas mais envelhecidas e despovoadas, diversas escolas rurais estão em fase de crescimento com novos alunos, fruto da captação de novos habitantes e do regresso de outros e o número de alunos médio tem-se situado, geralmente, acima do valor considerado mínimo.

Os diversos Executivos e Assembleias sempre assumiram o compromisso político de assegurar a qualidade do ensino no Concelho e o apoio indispensável das Escolas em localidades com menor população e não será, por certo, um mero número mínimo de alunos que deve limitar tal compromisso. Tal situação corresponderia ao completo desprezo das realidades locais, da integração social, bem como ao aproveitamento e desenvolvimento psico-social dos alunos em comunidade.

É a atual Carta Educativa do Concelho de Alcácer do Sal, aprovada em 2008 que prevê o funcionamento de diversas escolas rurais como equipamentos estruturantes do desenvolvimento educacional e social do Concelho, não existindo, de facto, centros escolares que possam dar resposta às suas atuais necessidades. E o atual projeto de revisão da mesma Carta que foi apreciado, numa 1ª fase, por esta Assembleia, prevê a continuidade e reforço desta integração das escolas nas comunidades em que se inserem!

Condena-se, por isso, as ações que visem o encerramento, por parte do Governo, de escolas com critérios meramente quantitativos respeitantes ao número mínimo de alunos, sem se considerar a importância que elas representam para o contexto social em que se inserem e as populações que servem e, pior ainda, sem o diálogo indispensável com as respetivas Câmaras Municipais, exigindo-se, assim, ao Governo uma outra postura mantendo as escolas rurais em pleno funcionamento, sem quaisquer restrições.

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão ordinária condena veementemente a intenção do Governo do encerramento das escolas rurais e exige a sua continuidade para bem dos alunos e das populações que prejudicaria, em muito, o normal desempenho dos alunos, retirados do seu normal ambiente familiar e prejudicados no seu apoio.

A enviar: Ao Presidente da República, à Presidente da Assembleia da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro da Educação e Ciência, a todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, à Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, à Associação de Municípios da Região de Setúbal, à comunicação social.

